



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional - 4ª SR
Secretaria Regional de Licitação - 4ª/SL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019
PROCESSO Nº 59540.001112/2019-31

Aos 09 dias do mês de dezembro do ano de 2019, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto 8.259/2014, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Superintendente Regional da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, **CÉSAR FONSECA MANDARINO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade 238.956 - SSP/SE e do CPF 206.807.674-87, nomeado pela Decisão 913, de 12/07/2016, e de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Decreto 5.450/2005, Decreto 7.892/2013, Lei Complementar 123/2006, Decreto 6.204/2007, Lei 13.303/2016 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 06/2019, referente ao Fornecimento, transporte, carga e descarga de materiais e equipamentos agrícolas destinados ao atendimento de municípios da área de atuação da 4ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Sergipe, distribuídos nos itens, conforme descritos abaixo, por Sistema de Registro de Preços, homologada pela Diretoria de Executiva da Codevasf, através da Resolução nº 731, de 21/11/2019, constante às fls. 581 e 582 e cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 26 de novembro de 2019, seção 3, pag. 35, às fls. 583, do Processo nº 59540.001112/2019-31, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: **KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI**, CNPJ: 92.264.472/0001-70, com sede na Santa Augusta 2º Distrito São Lourenço do Sul - Caixa Postal: 35, São Lourenço do Sul/RS CEP - 96.174-970, telefone nº (53) 98137-0714 / (53) 99167-1520, E-mail: gomezzzzs@hotmail.com / mercadosvinicius@hotmail.com, representada por seu Procurador / Gerente de Licitações, **Sr. EDUARDO MADRUGA GOMES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Barão de Santa Tecla, 359 - Sala 1 e 2 - Centro - Pelotas-RS - CEP 96010-140, RG 3059373591 SSP/RS, CPF nº 754.975.570-15, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens elencados abaixo, com suas características e respectivas quantidades.

Valor total da Ata, conforme itens a seguir discriminados: R\$ 3.435.000,00 (três milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil reais)

ITEM Nº	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL POR ITEM
06	Grade aradora	und	75	13.200,00	990.000,00
08	Máquina agrícola de reparar terreno	und	75	14.100,00	1.057.500,00
14	Grade aradora	und	75	18.500,00	1.387.500,00

1 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo

[Assinatura]



assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

2 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

O prazo máximo para a entrega dos materiais será de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme previsto no item 11 do Termo de Referência que integra a presente Ata de Registro de Preços.

Os equipamentos objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ser entregues no complexo da Codevasf no povoado São Vicente S/N, Rodovia – SE 200, Propriá-Sergipe. Conforme item 4 do Termo de Referência que integra a presente Ata.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto 7.892/2013, e na Lei 13.303/2016.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4 – DA REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 06/2019 e seus Anexos.

5 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 81- Inciso VI da Lei nº 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 81- Inciso VI da Lei nº 13.303/2016, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela Codevasf para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

6 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de Processo Administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas seguintes hipóteses:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e,
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado.

CODEVASF

Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional - 4ª SR
Secretaria Regional de Licitação - 4ª/SL

Por iniciativa da CODEVASF, quando:

- a) Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e na Lei 13.303/2016;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não manter as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

8 - DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência;
- b) Quando não restarem fornecedores registrados

9 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Codevasf com base no preço unitário do material registrado na presente Ata, efetivamente entregue no endereço indicado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, em conformidade com o item 12 do Termo de Referência e item 20 do Edital.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 22 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do fornecimento; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

11 - DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
4ª Superintendência Regional - 4ª SR
Secretaria Regional de Licitação - 4ª/SL

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Superintendente Regional, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.


12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 06/2019, seus Anexos, e a proposta da empresa: **KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI** classificada em 1º lugar no certame supramencionado.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Aracaju, Estado de Sergipe - SE, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 10.520/2002, do Decreto 5.450/2005, do Decreto 7.892/2013, da Lei 13.303/2016 e demais normas aplicáveis.

Aracaju/SE, 09 de dezembro de 2019


CESAR FONSECA MANDARINO
Superintendente Regional da 4ª SR - CODEVASF


EDUARDO MADRUGA GOMES
KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELLI